



Moção

Pelo debate e por propostas focadas em soluções na próxima campanha eleitoral

Sem que nada o fizesse prever, o País está mergulhado num cenário de grande instabilidade política que levou o Presidente da República à dissolução do Parlamento e convocação de eleições Legislativas antecipadas para 10 de março de 2024.

A Assembleia Municipal do Porto tem chamado à atenção, recorrentemente, para matérias da maior relevância para os Portuenses que vivem na cidade do Porto e para todos os que trabalham, estudam ou usam a cidade no seu dia-a-dia, com especial foco em temas que pela sua natureza não podem ser resolvidos apenas na esfera municipal porque o Município não tem competências nessas matérias ou porque a competência de decisão depende exclusivamente da atuação do Governo ou do Parlamento.

O Município do Porto insere-se no conjunto das áreas urbanas portuguesas que agregam a maior parte da população e onde se manifestam com particular relevância alguns dos maiores desafios com que Portugal se depara na atualidade. Nessa medida, será nas cidades que se jogará o sucesso na resolução dos problemas que atualmente são reconhecidos nas áreas da mobilidade, da habitação, ou da segurança, entre outros, e para os quais se reclama uma atenção particular do Governo, sempre em total articulação com os representantes do poder local.

A resolução destes problemas só será possível se estiver assente no diálogo e na coordenação entre todos os níveis da administração, designadamente entre o Governo e o poder local e,

eventualmente, num aumento das competências dos Municípios, as entidades mais competentes para o desenho e implementação de políticas territorializadas e de proximidade. Este aumento das competências não pode, no entanto, colocar em causa os orçamentos municipais, já muito pressionados, e deve ser feito procurando garantir o reforço da qualidade do serviço prestado ao cidadão.

A conjuntura mundial tem, também, vindo a pressionar os orçamentos municipais, com a despesa corrente a aumentar sem que haja correspondente aumento da receita. Veja-se a este respeito, como exemplo, que muitos dos benefícios e incentivos integrados nas políticas desenhadas pelo Estado Central são concebidos isentando impostos e taxas municipais, sem que os municípios sejam compensados pela falta de receita decidida centralmente.

Estas circunstâncias evidenciam uma necessária e urgente revisão do Regime Financeiro das Autarquias Locais que não se encontra adaptado aos desafios atuais que se apresentam às cidades.

Considerando, assim, que a Assembleia Municipal do Porto tem recorrentemente vindo a alertar para problemas que existem na cidade e cuja resolução depende exclusivamente da atuação do Governo e do Parlamento, nomeadamente:

- O excesso de tráfego rodoviário na VCI que coloca em causa a mobilidade da cidade, a qualidade de vida dos residentes e a ambição climática do território;
- A falta de agentes na PSP e na Polícia Municipal que coloca em causa, de forma muito objetiva, a sensação de segurança dos portuenses;
- A passividade e falta de meios no combate ao tráfico de estupefacientes que coloca em causa a segurança dos portuenses e das suas famílias, com especial impacto nas zonas da cidade onde estes atos ilícitos ocorrem;
- A ausência de respostas ao nível da Saúde no apoio aos toxicodependentes com políticas claras e objetivas que os ajudem a tratar do seu problema que coloca em causa a dignidade de pessoas doentes e todos aqueles que têm de conviver com as consequências negativas dessa ausência de resposta;

- A inação e falta de diálogo ao nível de propostas capazes de encontrar soluções efetivas para o problema da Habitação, o que causa um agravamento do problema e coloca em causa o acesso a este Direito fundamental;
- O défice de financiamento dos Municípios face às necessidades decorrentes do contexto atual, que coloca em causa a prestação dos serviços aos cidadãos de forma adequada e como tal exige uma revisão da Lei das Finanças Locais.

A Assembleia Municipal do Porto, reunida no dia 27 de novembro de 2023, exorta os partidos políticos envolvidos nas próximas eleições Legislativas a que tornem claras, nos seus programas eleitorais, as medidas que propõem para solucionar alguns destes problemas e desafios que se apresentam ao Porto e cuja competência de resolução depende dos Deputados eleitos e do Governo resultante da nova distribuição parlamentar. Este apelo pretende que seja estabelecido um compromisso sério e efetivo com os eleitores do Porto, para que a resolução efetiva destes assuntos muito importantes para a cidade, mas que têm impacto à escala metropolitana, regional e até nacional, possam contribuir para avançar em direção a um país melhor, mais equitativo e próspero, em linha com a ambição do Porto e dos portuenses.

Porto, 27 de Novembro 2023

Grupo Municipal Rui Moreira, Aqui Há Porto